

RENATO COSTA

QUANTO VALE
SUA MORAL
DILEMA
DO JUIZ!

PREFÁCIO:

DR. JULIANO COSTA COUTO



DIALÉTICA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2021 by Renato Costa.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Lucio de Godoy

Diagramação: Lucio de Godoy

Revisão: Responsabilidade do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837q

Costa, Renato.

Quanto vale sua moral? Dilema do juiz! / Renato Costa; prefácio Juliano Costa Couto. – São Paulo : Editora Dialética, 2021.
88 p.

ISBN 978-65-252-1925-7

1. Moral. 2. Juiz. 3. Direito. I. Título.

CDD 340:100

CDU 34:1

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150

1220823



DIALÉTICA
EDITORA

editoradialetica

@editoradialetica

www.editoradialetica.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. IMPORTÂNCIA DO TEMA	17
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA	20
3. OBJETIVOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR	23
4. METODOLOGIA	23
CAPÍTULO 1	25
1.1 NECESSIDADE DESTE CAPÍTULO	25
1.2 DIFERENÇA DO SIGNIFICADO ENTRE AS PALAVRAS ‘CONCEITO’ E ‘DEFINIÇÃO’	26
1.3 SIGNIFICADO JURÍDICO DE DANO	26
1.4. DANO MORAL SEGUNDO A DOUTRINA	27
1.5 ‘DANO MORAL PURO’: CONCEITO	31
CAPÍTULO 2	33
2.1 DIREITO ROMANO	33
2.2 CÓDIGO DE HAMURABI	33
2.3 DIREITO CANÔNICO	34
2.4 DOUTRINA FRANCESA	35
2.5 TESE DE YHERING	36
2.6 QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA REFORMA DO DIREITO DE INDENIZAÇÃO DO DANO	37
2.7 A CONSTITUIÇÃO DE 1988	40
CAPÍTULO 3	41
3.1 IMPORTÂNCIA DOS VALORES ÉTICOS	41
3.2 QUAL MORAL DEVERÁ SER APLICADA PELO JUIZ?	41
3.3 A EXPERIÊNCIA ÉTICA DO MAGISTRADO	42

CAPÍTULO 4	45
4.1 LESÃO À MORAL	45
4.2 ESFORÇO DO LEGISLAADOR PARA DISCIPLINAR O TEMA	46
4.3 PERMANÊNCIA DO DEBATE	49
4.4 SENTIDO ÉTICO-EDUCATIVO DA FIXAÇÃO DO <i>QUANTUM</i>	51
CAPÍTULO 5	53
5.1 DILEMA DO JUIZ	53
5.2 CONTEÚDO ÉTICO NA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL PURO	54
5.3 CRIAÇÃO DE PARÂMETROS LEGAIS COMO SOLUÇÃO PARA O DILEMA DO JUIZ	57
5.4 EXPERIÊNCIA DOS TRIBUNAIS	58
5.5. IMPRECIÇÃO LEGAL	61
CAPÍTULO 6	63
6.1. CRIAÇÃO DE PARÂMETROS	63
6.2 LEIS EXISTENTES	69
6.3. TENTATIVAS LEGISLATIVAS DE TABELAMENTO	70
6.4. INQUIETAÇÃO DA MAGISTRATURA	72
6.5. O DILEMA DO JUIZ PERMANECE	74
CONCLUSÃO	75
BIBLIOGRAFIA	79
POST SCRIPTUM	87